

Ambiente, sociedade e energia: um olhar nos movimentos sociais

Entrevista com Gilberto Cervinski, liderança do MAB
por Francisco Del Moral Hernandez e Célio Bermann



Gilberto Cervinski

Para termos uma visão mais ampla e inclusiva do debate energético, entrevistamos Gilberto Carlos Cervinski, liderança do MAB — Movimento de Atingidos por Barragens, movimento social formado a partir da negação de direitos às populações atingidas pelas obras de usinas hidrelétricas e, posteriormente, pelas atividades de mineração, populações estas que já partem de uma condição mais humilde, campesina, de dificuldade de acesso ao sistema de justiça.

Ao longo da entrevista, Gilberto nos fala de sua história, da história do movimento, e da necessidade de organização da população que perde suas terras para a formação de reservatórios, ou sofre a destruição pelo rompimento de barragens. Nos indica também a necessidade de pensar uma política energética mais justa e inclusiva.

Célio Bermann (CB) - Gilberto, seria interessante você se apresentar e contar inicialmente a história do MAB-Movimento de Atingidos por Barragens, a partir da criação da CRAB no Rio Grande do Sul

Gilberto Cervinski (GC) - Eu praticamente me criei dentro do MAB. Sou de uma região do norte do Rio Grande do Sul e eu era pequeno, ainda muito pequeno, quando veio a notícia da construção pela empresa estatal Eletrosul de duas usinas hidrelétricas na região: Itá no rio Uruguai e Machadinho no rio Pelotas. Então, o ambiente sobre barragens, construção de barragens, expulsão, esse terror da perda do lugar, tudo isso eu passei a conviver quando ainda era ditadura. A gente não tinha essa noção. Era o período da ditadura, no final dos anos 70, início dos anos 80. A minha entrada no MAB foi nesse período. Minha comunidade era a de Paim e ela se envolveu muito na luta, assim como outras comunidades da região. Esse processo de entrada na luta, ele se justifica em função do risco de perda de local. A experiência que nós tínhamos era de Itaipu, e de outras regiões onde as comunidades perdiam seu lugar de moradia e de trabalho. Essa foi a forma de

mobilização e entrada na organização. Claro que era uma experiência local da região sul que passou a ser chamada CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens.

Francisco Del Moral Hernandez (FH) - Mas como a experiência regional da CRAB alcançou a dimensão nacional com a criação do MAB?

GC - Em todas as partes do Brasil, ao mesmo tempo, e às vezes até sem articulação, estavam acontecendo iniciativas muito semelhantes, porque era uma reação a um processo de agressão. Esse processo não foi só aqui no Sul, mas em todo lugar onde tinha projeto de barragem para a construção de uma usina hidrelétrica. Claro que teve um peso maior depois, porque o movimento aqui foi se constituindo enquanto uma linha política, uma direção também. E isso foi ajudando no processo de trabalho, na construção do movimento nacional, porque não tinha como enfrentar essa situação se não fosse um movimento nacional e até internacional.

No Nordeste, por exemplo, tinha uma forte organização, no Norte também, no próprio Sudeste a mesma coisa. Em março de 1991 organizamos o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em Brasília, quando foi criada uma Comissão Nacional com representantes de várias regiões. Dessa forma foi criado o MAB!

A construção de barragens foi um processo que resultou na perda de direitos e na expulsão de famílias em massa. E o Estado sempre foi contra as populações atingidas. Então, no primeiro momento, eram os atingidos contra o Estado. Seja na época da ditadura, mas também na sequência, no processo de democratização, o MAB teve sempre que enfrentar o Estado como se o movimento que resistia fosse contra a energia que ia ser produzida.

Era um processo até fascista! Porque tu luta, mas não te dão o direito de lutar por aquilo que é seu. Não tava ninguém lutando por algo a mais, apenas por aquilo que é de natureza sua, por aquilo que é fruto do trabalho de quem produziu ao longo da história. Quando as barragens eram construídas e não havia organização, o resultado era péssimo. A população não conseguia se organizar, não havia iniciativas que propusessem uma unidade, uma organização do povo. E o resultado final disso era uma tragédia, porque aí era o Estado com o perfil autoritário. Não era problema de falta de dinheiro que, se eu indenizar bem essas famílias, vai inviabilizar a obra. Não era um problema econômico, era um problema político, um problema de decisão política. Essa situação foi até o processo de privatização. Aí teve uma guinada muito grande, o que foi um marco na história do MAB. Quando privatizou teve uma mudança profunda, porque mudava também o controlador das hidrelétricas e isso gerava também uma mudança na relação com as populações atingidas. Não é mais o Estado, agora é uma empresa. E numa empresa o objetivo principal é o lucro. Então, se tiver capacidade de produzir lucro, quanto menor o gasto com questões sociais e ambientais, para eles vai ser maior a taxa de lucro. E essa é a lógica que funciona até hoje.

Então, acaba se convertendo numa piora. Por quê? Porque até então, nos lugares onde era o Estado, nós conseguíamos fazer acordos regionais, e eu sou de uma região que teve um acordo regional entre uma empresa estatal, a Eletrosul e a CRAB, em outubro de 1987, em função das obras das usinas de Itá e Machadinho. Entre outros pontos, o acordo foi da CRAB gerenciar os custos do reassentamento através da autoconstrução, que resultou em moradias maiores e de melhor qualidade para todas famílias que aceitaram serem reassentadas. Nós pensávamos que esse acordo passaria a ser uma referência positiva, porque daí aquilo viraria uma regra para as próximas hidrelétricas.

CB - E isso realmente aconteceu?

GC – Com a privatização, o processo de negociação com a população atingida teve uma mudança muito forte, porque a lógica agora é a empresa atuar sempre com objetivo de extrair a máxima taxa de lucro, vai trabalhar sempre com a o objetivo de gastar menos com a questão das indenizações e reparações, gastar menos com a questão ambiental. Tudo vira a busca do lucro máximo. Por exemplo, a empresa estatal Eletrosul, que construía as usinas de Itá e Machadinho, foi cindida em dezembro de 1997, criando a Gerasul enquanto que a Eletrosul ficou com a transmissão. Em setembro de 1998 a Gerasul foi privatizada e adquirida pelo grupo belga Tractebel. Aqui no sul tinha um acordo, que ela seguia. Mas, ao mesmo tempo, ela tinha adquirido outra usina em Canabrava, no centro-oeste. Ela aceitava construir o reassentamento lá em Goiás, em Minaçu, mas ela nunca topou fazer o mesmo que no reassentamento de Itá. Do ponto de vista do resultado final do atendimento às populações atingidas, lá o resultado foi uma tragédia muito mais cruel, mas para essa empresa era como se passasse como parte da normalidade. Quero chamar atenção: quando se privatiza na virada dos anos 90, 95 em diante, também ocorre uma piora no tratamento dos atingidos.

CB - Como ficou esta situação nos governos Lula, a partir de 2003?

GC - Quando vem o governo Lula, as mesmas empresas estatais estavam nos consórcios, mas sempre em minoria. A lógica principal de atuação era a gestão privada. E isso também acabava impondo às estatais a lógica privada, uma lógica perversa. Porque ela buscava extrair lucro, assim como a empresa privada, mesmo sendo uma empresa do Estado.

Então, essa lógica piorou e isso levou a uma grande de reorganização dos atingidos. Esse processo foi dolorido, foi longo, foi um processo de muito conflito, de muita contradição. Foi um processo que dentro da esquerda uma parte não entendeu do que tava acontecendo.

O melhor é que o MAB resistiu nesse processo porque ele nunca abandonou os atingidos, a luta do povo. Então, ao se posicionar sempre em função dos objetivos e dos interesses da população atingida, acabou sempre garantindo uma posição correta. No auge dos governos Lula, nós tivemos que fazer uma campanha contra o isolamento, porque nós era visto como contra o governo. O pessoal fazia protesto numa hidrelétrica, então quem fazia protesto contra a hidrelétrica era contra o governo Lula. Uma parte da esquerda que tava no governo também não concordava com isso, não se solidarizava mais como era nos anos 70 e 80. Essa situação nos obrigou a também criar o que nós chamamos de estratégia nacional. Fazer uma campanha nacional para debater tarifa, para ver que tinha mais gente que também era atingido, para sair desse aspecto de isolamento em torno só da barragem. É na estratégia nacional que tu tem que ter uma política de aliança, tu tem que ter uma política de comunicação, tu tem que ter uma política de presença em áreas e territórios fundamentais. Teve um conjunto de ações que nós tivemos que reorganizar, tu tem que ter formação política, tu tem que ter uma forma organizativa do povo. Todas essas questões fazem parte daquilo que nós chamamos de plano de construção nacional do movimento.

FH - Como o MAB procurou construir alianças?

Nessa busca por alianças existe uma relação muito grande entre o MST e o MAB. O MST é nosso irmão. Somos parte da mesma luta, só que com uma característica particular. Passamos a ser sem terra por causa da barragem, mas somos sem terra do Brasil, ligado ao movimento campestre. E as barragens nem são só de hidrelétricas. São barragens de abastecimento de água no Nordeste, que são enormes. É o caso de Castanhão no Ceará, de Acauã na Paraíba, e assim vai. Nossa relação com eles sempre foi muito próxima, primeiro porque somos da mesma classe trabalhadora, e depois sempre atuamos muito próximo das lutas campestres. Então, nossa relação com eles sempre foi nesse espírito de construção e de luta conjunta, de ampliar a luta, de construir um projeto de país, que esse povo que nunca é reconhecido seja reconhecido como agentes do desenvolvimento do nosso país. Ela é também uma relação internacional, porque a via campestre também é internacional. Na América Latina, praticamente todos os países têm a via campestre e nós somos parte desse movimento internacional campestre. O MAB vai construindo lutas conjuntas, vai construindo processos de formação política conjuntos, processo de comunicação conjunto, vai construindo uma série de iniciativas que diante de um vazio ou de uma incapacidade da esquerda, nós vamos tentando construir formas que consigam ao menos superar em parte esses desafios. Essa situação gera conflito, porque quando tu faz uma mobilização, uma marcha, um ato, um protesto, as reações dos governos acham que são contra eles que nós estamos fazendo protesto, contra o governo. Nós tivemos em todo esse processo uma experiência muito positiva e de grande potencialidade que foi a organização da plataforma operária e camponesa da água e energia, que nos permitiu se aglutinar em torno das organizações não só do campo, como a Via Campestre, o MST, o MPA-Movimento dos Pequenos Agricultores, o Movimento de Mulheres Camponesas. Nós, nesse campo da energia, nós criamos a plataforma operária camponesa da água e energia, que daí junta eletricitários, petroleiros, engenheiros, os professores também.

FH - Qual é o papel do movimento sindical na plataforma?

Construir uma plataforma com esse caráter que tu tem o atingido pela hidrelétrica e o trabalhador que constrói a hidrelétrica, de fato, não é fácil. Nós aprendemos nessa caminhada que tem temas que são de fato contraditórios. Por exemplo, se tu quiser pautar a unidade contra a hidrelétrica, tu não vai ter a unidade, não vai ter unidade porque os eletricitários não topam. Então, tu tem que construir temas que são da política energética nacional, que são de interesse da soberania nacional. Por isso que nós falamos água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Esse é o projeto, a síntese do projeto energético de caráter popular do MAB. Então tem que ter muita habilidade, para não gerar conflito toda hora. Para não gerar divisão da classe.

CB - E o debate sobre as energias renováveis?

GC - Agora as fósseis são o caos e as renováveis a salvação. Quando tu entra nas renováveis, tu vai olhar ali as eólicas, as solares, as próprias hidrelétricas, tu vai ver que é um campo extremamente contraditório. Às vezes uma hidrelétrica gera tantas contradições quanto

uma usina térmica. Não tô querendo que me interpretem que eu tô defendendo uma térmica. O que eu quero dizer é que esse é apenas um aspecto, mas quando tu fala em política energética nacional, são **seis características fundamentais** que estruturam o funcionamento da política energética. Hoje quem controla são dois grupos que praticamente têm a mesma característica - bancos e fundos de investimento - que é o capital financeiro. É aqui que tá a **questão central**. A **segunda questão**, é a lógica de funcionamento do setor. Não é mais concentrar e centralizar o setor para ele ter a máxima produtividade e sinergia no sistema. Agora é a lógica de fracionamento para extrair o máximo de valor no menor tempo possível, é a lógica do divide em geração, em transmissão, em distribuição.

Com uma usina hidrelétrica, tu divide quem vai construir, quem vai administrar. Um pega uma parte, que passa a ser uma unidade de negócio, e vai fracionando, fracionando, dividindo. E isso gera contradições. Nós fizemos um estudo, tem acho que mais de 9.000 CNPJ do setor elétrico de geração, transmissão e distribuição, mas quem controla são 15 grupos. E aí quando tu vai ver quem é o dono dos 15 grupos, são os mesmos - os bancos e os fundos de investimento. Hora num grupo ele é um pouquinho, hora no outro ele tem um percentual maior, mas eles fazem um cartel, é a oligarquia financeira. Essa é uma lógica perversa, porque isso é o capital portador de juros, é o capital parasitário. A **terceira característica** é o padrão de tarifa que eles impõem. O Brasil tem um dos menores custos de produção de energia elétrica. Hoje tá em torno de R\$ 20 por cada 1.000 kWh. E chega na população a R\$ 1.000 por 1.000 kWh. Claro que daí vão dizer: “Não, mas tem o transporte, tem o tributo, tem mais não sei o quê!”. A gente sabe, mas a tarifa não é a mesma para a população residencial. É a pior, é a mais perversa. Por quê? Quem é a população residencial? É a população, a classe trabalhadora. Então, tu cobra mais caro da classe trabalhadora e quando vai ver lá o consumidor livre, que é o grande empresário, ele tem a tarifa ao preço de custo. O Brasil tem um dos menores custos de produção, mas a tarifa final é uma das mais altas do mundo. Todo esse sistema interligado à base de energia renovável, de baixo custo de produção, com hidrelétricas totalmente amortizadas, ele não te gera nenhuma vantagem ao país. Além do padrão de tarifa tem a **quarta questão**, das estruturas e leis que definem a política energética de Estado, que hoje é uma estrutura capturada pelo capital financeiro. Pode ver essa estrutura estatal na ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), no ONS (Operador Nacional do Sistema), na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), no próprio Ministério de Minas e Energia, dessa lógica do capital financeiro. A **quinta questão** é a da tecnologia, quais são as fontes de energia para produzir a eletricidade.

CB - Como o MAB vê a futura exploração hidrelétrica no país?

GC - Nós estamos fazendo esse debate agora no MAB, porque era necessário fazer uma boa atualização na estratégia de enfrentamento. Eu não vejo outras tecnologias com tamanha capacidade de baixo custo e que tenham a capacidade de gerar eletricidade. As hidrelétricas são disparadamente as tecnologias mais economicamente viáveis. E isso não está em todos os territórios do mundo. No Brasil 60% do potencial hidrelétrico ainda não foi utilizado, grande parte na Amazônia. Se vocês olharem aquele mapa, dos projetos que o governo está prevendo para 2050, é só construção. Agora a construção de novas hidrelétricas está em situação muito vagarosa, porque tá ainda essa onda de construção de eólica e solar, mas isso é limitado. A solar vai ter um limite, a não ser que

mudem algumas tecnologias, mas ela não é tão competitiva quanto a hidrelétrica. No Brasil nós temos uma escada de hidrelétricas que em algumas bacias hidrográficas são 20 e poucas hidrelétricas, uma abaixo da outra. A mesma água que gerou em uma pode gerar 20 vezes eletricidade. E tem hidrelétrica que funciona 100 anos. Tu imagina isso comparado com a eólica, as fósseis, do carvão, do gás natural... As hidrelétricas têm uma série de vantagens: têm a maior produtividade do trabalho; elas produzem o lucro médio mais o lucro extra; elas tem baixo custo de produção por unidade de energia produzida. Ela é renovável, a água é a matéria prima, não é o petróleo, não é o gás, não é o carvão. Isso tudo dá muita vantagem se ela tiver num sistema interligado nacional perante qualquer outra tecnologia. E é competitiva, tô falando do ponto de vista do capital. Então eu não vejo nenhuma perspectiva que o capital vai abrir mão disso ali, seja em qualquer rio, em qualquer canto do Brasil e seja em qualquer canto da América Latina, que é um centro que tem grandes potenciais hidráulicos. Peru, Colômbia, todos esses países são cheios de rios e de potenciais. Eu estou vendo as hidrelétricas na perspectiva da lógica econômica vigente agora que é o capitalismo, que eles vão tentar construir todas em todos os cantos. Mas eu não tenho dúvida que as hidrelétricas vão voltar com força muito poderosa para construir todas essas. Agora, tu pode ir nessa lógica, construir, construir, ou tu pode pensar uma lógica que pudesse estar dentro de um projeto estratégico. E esse pensamento eu acho que não existe hoje nem na esquerda. Na direita nunca teve, mas na esquerda esse pensamento é muito mais de não deixar faltar energia, mas não um pensamento de como tu utiliza esse potencial que tu tem ali, a serviço de um projeto estratégico popular de país.

FH - E a sexta questão?

Finalmente a **sexta questão** é a das relações de trabalho e produção. Na eletricidade nós temos três categorias bem definidas: os trabalhadores do setor, os próprios atingidos e os consumidores, a população. Elas são relações sociais muito perversas. Os atingidos, quando vão discutir o direito de uma população que tem que sair para construir a barragem, e não têm uma indenização justa. Já os trabalhadores do setor elétrico são fracionados porque a lógica que se impõe é a necessidade de lucro extraordinário. E os consumidores acabam pagando tarifas muito altas. São essas as questões que a plataforma operária e camponesa da água e energia pode atuar. Tu tem que olhar a política energética enquanto estratégia nacional, enquanto pensamento de país. Na nossa avaliação, o papel da plataforma é pensar e agir enquanto linhas gerais para a mudança na política energética nacional. E isso exige elevação do nível, exige formação política, exige um empenho, exige um processo de atividade política muito intenso e superior ao que é a atividade política normal do sindicalismo, que é a luta restrita dos interesses da categoria.

CB - Nós tivemos dois grandes desastres em barragens de mineração: em 2015, com a barragem de Fundão em Mariana, e em 2019, com a barragem da Mina do Córrego do Feijão em Brumadinho. Como o MAB se organizou para dar uma resposta a essa nova realidade envolvendo barragens?

GC – Agora, 10 anos depois, é que tá se fechando um acordo para fazer as indenizações, porque tudo que foi conduzido pela empresa privada Vale não produziu nenhum efeito. Esperamos 10 anos porque o Estado, ele topou gastar, mas ele não topou resolver o problema. Por quê?

Porque ele atuou e criou aquela tal de Fundação Renova. Controlada pelas duas empresas a Vale e a BHP Billington, que tinham como subsidiária a empresa de mineração Samarco. A Fundação Renova gestou um monte de dinheiro, mas sempre numa perspectiva de quê? De uma perspectiva, muito mais de luta ideológica, de evitar que se organizasse o povo, porque para eles isso aí é mais importante.

Quando tu abandona a manutenção de uma obra, seja ela, já inativa, isso aí tem consequências, que é o caso dos rompimentos, porque ali tem barragem carregada de rejeito. Então nós aproveitamos isso como potencial de organizar povo. Essa foi a linha do MAB. O MAB praticamente está em todos esses municípios, na bacia de Mariana até o litoral do Espírito Santo. É organizando o povo como é a forma típica do MAB, organização em grupos de atingidos. Isso também aconteceu em Brumadinho, depois do outro rompimento. Também tem um trabalho muito forte em Aurizona, lá no Maranhão, onde se rompeu aquela barragem de mineração do ouro. Então, tem vários locais onde nós entramos, nós aproveitamos essas contradições para organizar o povo, porque não tem outro jeito. As contradições podem ser um pouquinho diferentes, mas a característica principal é a perda de direitos, é a perda de patrimônio, a perda de moradia, não importa se for uma hidrelétrica, se for uma usina eólica ou se for uma um rompimento de uma barragem, tu tem que lutar por esse povo, E não basta também só lutar pelo seus direitos, é preciso reaglutinar para criar força social, para ter capacidade política no país. Então nós aproveitamos esses espaços para entrar e organizar o movimento. Tem uma terceira situação mais recente que também nós atuamos bem, que é a questão do que nós chamamos de reações extremas do clima, que são as mudanças climáticas que tem gerado enchentes, chuvas, secas... E não é um público atingido por barragem. Mas é um público atingido por uma nova situação, que são as mudanças climáticas.

Então, nós hoje no MAB temos essas três particularidades: barragens, as reações extremas do clima, seja seca, seja enchente, como é o caso do Rio Grande do Sul no ano passado e neste ano, ou como o caso de Rondônia com a recente seca, onde o principal meio de transporte é o rio, não tinha água e o povo estava isolado, ou o caso de São Paulo, com os escorregamentos no litoral norte por causa das chuvas. Esse é o novo MAB!





I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, Goiânia, 1989. Fonte: mab.org.br.